



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REUNIÃO
DO CONSELHO POLÍTICO DA
AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 18 de fevereiro de 2022

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 18/2/2022

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA NO CONTEXTO DA PANDEMIA E ANO ELEITORAL

- Agravamento da crise sanitária e aprofundamento da crise econômica, social, ambiental e política.
- Apresentação dos gráficos do Orçamento Executado em 2021 e Orçamento projetado para 2022: aumento da fatia da dívida pública devido à política monetária adotada pelo Banco Central (elevação dos juros e outros mecanismos de transferência de dinheiro público para os bancos) e à aprovação, pelo Congresso Nacional, de projetos que privilegiam os gastos com a dívida pública.
- Impactos da elevação dos juros pelo Banco Central para a sociedade e sua relação com o aumento do desemprego.
- Causas da inflação e ineficiência da alta dos juros para combatê-la.
- Recordes de lucros dos bancos x Recordes de Fome, Desemprego e retrocessos sociais e ambientais.

2 - REPOSIÇÃO SALARIAL DE SERVIDORES PÚBLICOS

- Folheto preparado pela ACD para contribuir com a luta de servidores: “*Por que sobra dinheiro para juros e falta para o reajuste de servidores públicos?*” <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/por-que-sobra-dinheiro-para-juros-falta-para-o-reajuste-de-servidores-publicos/>
- Importância de servidores públicos argumentarem sobre os privilégios do Sistema da Dívida, que está por trás do “teto de gastos”, sucessivas contrarreformas, privatizações insanas e cortes de investimentos.
- Debate e encaminhamentos para apoiar a mobilização

3 - PEC 32

- Importância da mobilização que impediu que a PEC 32 fosse votada até o momento
- Contribuições da ACD (artigos e palestras; Carta Aberta; Interpelação Extrajudicial às lideranças no Senado e Câmara; Posts; Cartilha Popular), compilados em nosso site.
- Debate e encaminhamentos para apoiar a Mobilização.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 18/2/2022

4 - SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS e DÍVIDA DOS ESTADOS

- Vitória da mobilização liderada pela ACD, que impediu a aprovação dos parágrafos inseridos de contrabando na PE 23 (PEC dos Precatórios), que colocariam esse esquema na Constituição Federal.
- Inconstitucionalidade dos dispositivos das Leis Complementares 173 e 178 que incluem “Securitização”.
- Ameaça do “Regime de Recuperação Fiscal” (RRF), que na realidade perpetua o Sistema da Dívida nos estados e fere a sua autonomia <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal/> . Resumo situação no RJ, MG, RS, SP e outros estados.
- Proposta de SEMINÁRIOS REGIONAIS virtuais sobre a contrarreforma do Estado e a dívida pública, envolvendo três esferas do serviço público no combate à pandemia, conforme apresentado em reunião anterior.

5 - NÚCLEOS NOS ESTADOS – Importância dos pedidos de informações para conhecimento da dívida dos estados e suas inconsistências, pois essa chamada dívida é a base para o RRF, entre outros danos. Informes.

6 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

Nova turma: Inscrições abertas de 07/02/2022 a 11/03/2022 e início das aulas em 14/03/2022. Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

7 - RETOMADA DO JULGAMENTO DA AÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA DA DÍVIDA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL <https://bit.ly/37Cw5HA>

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 18/2/2022

8 - BREVES INFORMES SOBRE ÚLTIMAS REALIZAÇÕES:

- II CONCURSO DE REDAÇÃO E POST – Premiação concluída em Live de 13/12/2022
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/segundo-concurso-de-posts-e-redacoes/>
- Livro do Congresso Internacional “Sistema da Dívida em tempos de Financeirização e a importância da Auditoria para interromper a barbárie”, lançamento virtual em 20/12/2022 <https://auditoriacidada.org.br/video/live-lancamento-do-livro-do-congresso-internacional-virtual-da-acd/>
- Preparação do próximo livro do Seminário Nacional “*Centralidade do Sistema da Dívida no modelo econômico que amarra o Brasil e a urgência de Auditoria Integral com Participação Social*”,
- Campanha “É HORA DE VIRAR O JOGO” - <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/> Cada dia mais atual, diante da prioridade máxima para o Sistema da Dívida na Constituição pela EC 109, novos mecanismos operados pelo Banco Central desde o início da pandemia e ameaça da Securitização de Créditos Públicos.

9 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA - Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145 ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

10 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)

- Participação em grupos de pesquisa. Ver minicurso “*Quem financia o Estado e quem se beneficia do gasto público*” Parte I <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-1-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/> e Parte II <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-2-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/>
- Divulgação da cartilha círculos bíblicos “Auditoria da Dívida Pública: vamos fazer?” produzida pela CNBB <https://www.edicoescnbb.com.br/produto/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer--70285>

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA NO CONTEXTO DA PANDEMIA E ANO ELEITORAL

Estamos vivendo no avesso do Brasil que merecemos

<https://bit.ly/3AWc2QN>



- **13 milhões de desempregados**

(trimestre móvel de agosto a outubro de 2021 –
Fonte: IBGE)

- **Mais da metade da população está em insegurança alimentar leve, moderada ou grave**

(Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - Rede PENSSAN)

Estamos sob a Ditadura do Capital

<https://bit.ly/39IIH2C>

Congresso aprovou reformas, os juros subiram e o dólar também. Banco Central aumenta juros sob a falsa justificativa de combater a inflação. Mas a inflação é causada por preços administrados pelo próprio governo !

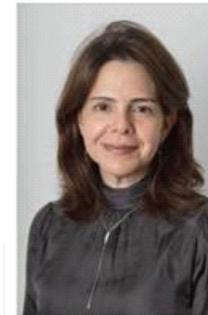


Imagem: Credit Suisse/Divulgação

Juro e dólar subirão se Brasil não fizer reforma em 6 meses, diz economista

Antonio Temóteo
Do UOL, em Brasília
17/01/2021 04h00

O Brasil tem seis meses para realizar reformas para equilibrar as contas públicas. Caso isso não ocorra, o preço do dólar, os juros e a inflação vão subir e o país perderá a credibilidade perante os investidores. A previsão é da economista-chefe para o Brasil do banco Credit Suisse, Solange Srouf.



13 DE AGOSTO, 2021

Monitor Mercantil: Banco Central dispara a Selic e aprofunda a crise fabricada, por Maria Lucia Fattorelli



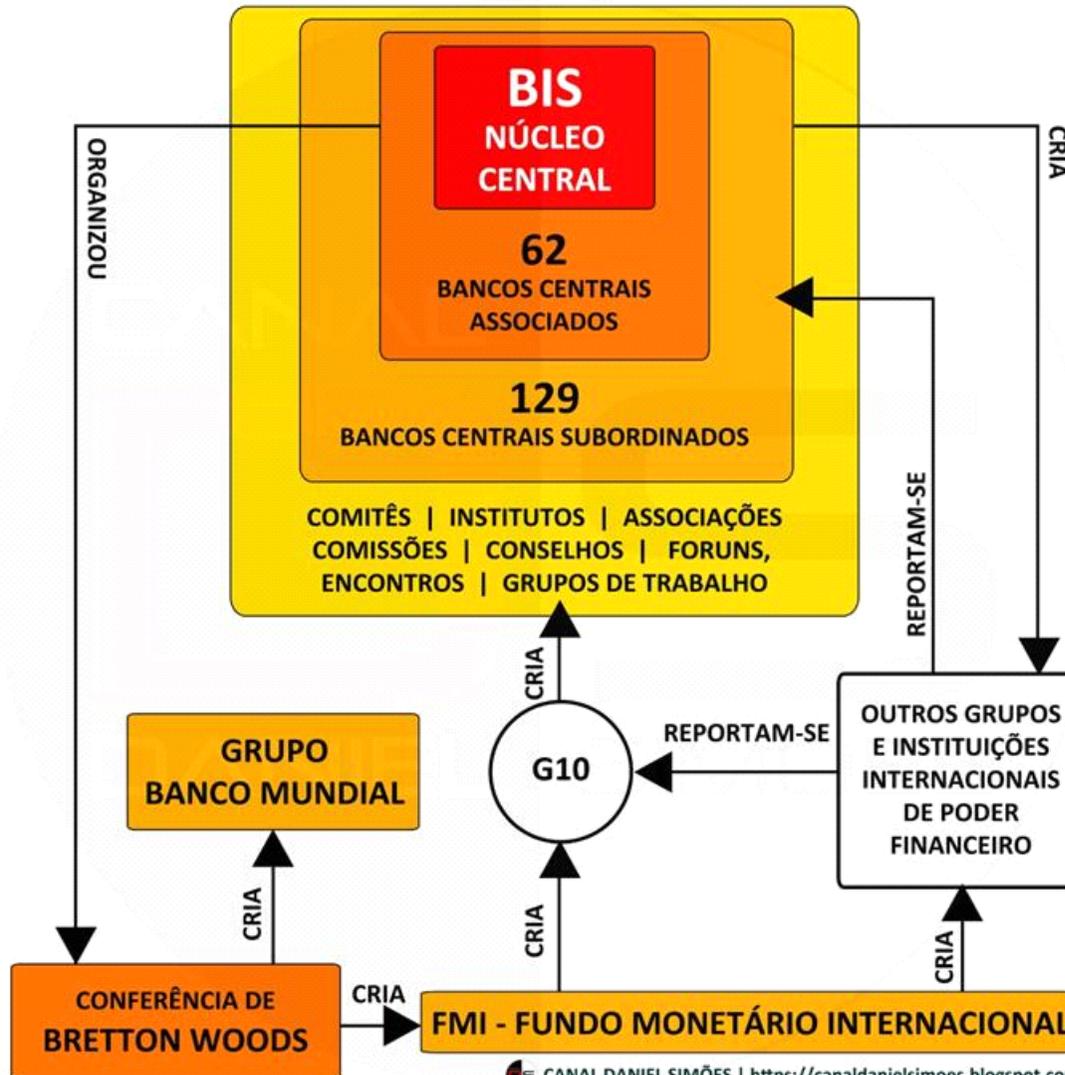
06 DE AGOSTO, 2021

Banco Central "autônomo" aumenta a "Taxa Selic" pela quarta vez seguida e dá mais R\$ 71 bilhões de juros por ano para os rentistas

QUEM MANDA NO BRASIL ?

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE B.I.S., G10, F.M.I. E GRUPO BANCO MUNDIAL

Criado por Daniel Simões - Dados de 09.07.2020



O BIS e o SISTEMA DA DÍVIDA

<https://bit.ly/3hVPV3Z>

BANCO PRIVADO BIS:

Centro do poder de
regulamentação e
supervisão financeira
global

<https://bit.ly/35mCy7h>

AVANÇO ACELERADO DA PAUTA DO CAPITAL

Cenário perfeito para o Capital: pânico da pandemia, aprofundamento da crise fabricada e balbúrdia política

- Independência do Banco Central (PLP 19/2019) <https://bit.ly/3wyxqKC>
- Elevação da taxa de juros pelo BC sem justificativa <https://bit.ly/3hqhnt7>
- PEC 186 (EC 109) <https://bit.ly/3dnzw7q>
- Dolarização e liberdade para operações em dólar no país (PL 5.387/2019) <https://bit.ly/3fPqgKh> Moeda digital do Banco Central
- PRIVATIZAÇÕES INSANAS <https://bit.ly/3hSjYwh>
- Securitização de créditos <https://bit.ly/3avKVkI> e Regime de “recuperação” fiscal nos Estados (LC 173 e 178) <https://bit.ly/2QtekVX>
- Orçamento Federal 2021 com amplo privilégio para gastos financeiros com a “dívida pública” <https://bit.ly/3hW8pE9>
- PEC 32 <https://bit.ly/3leLUtK>

QUAL A CAUSA DA CRISE DESDE 2014? TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS

- Chegamos a **quase R\$ 5 TRILHÕES** em caixa no final de 2021:
 - **R\$ 1,736 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
 - **R\$ 0,988 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
 - **R\$ 2,021 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte dos dados no artigo disponível em:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

A “crise fabricada” afetou Estados e Municípios

- ✓ Retração das Transferências Federais e Estaduais e queda de arrecadação tributária

Lucro dos bancos seguiu aumentando

Ver “Assalto aos Cofres Públicos” <https://bit.ly/3xKnEp4>

A crise que enfrentamos desde 2014 foi FABRICADA pela Política Monetária do Banco Central



<https://bit.ly/3cDQuXO>



<https://bit.ly/3liKWeM>



<https://bit.ly/39WBg5C>

PARA QUE TEM SERVIDO A "CRISE FABRICADA" PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

CRISE TEM JUSTIFICADO MEDIDAS RESTRITIVAS

- ✓ EC 95 (PEC do Teto)
- ✓ EC 93 (aumento da DRU para 30%)
- ✓ Lei Complementar 159/2017
- ✓ Desonerações danosas ao financiamento da Seguridade Social
- ✓ Reformas Trabalhista, da Previdência e Administrativa (PEC 32)
- ✓ Privatizações insanas
- ✓ Esquema Fraudulento: "Securitização de Créditos Públicos"
- ✓ Autonomia do Banco Central, "legalização" da remuneração da
sobra de caixa dos bancos – PL 3.877/2020, PLP 19/2019
- ✓ Plano mais Brasil para banqueiro: PEC 186, 187 e 188
- ✓ PEC 438
- ✓ EC 106, EC 109

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA! Por que faltam recursos para investimentos?



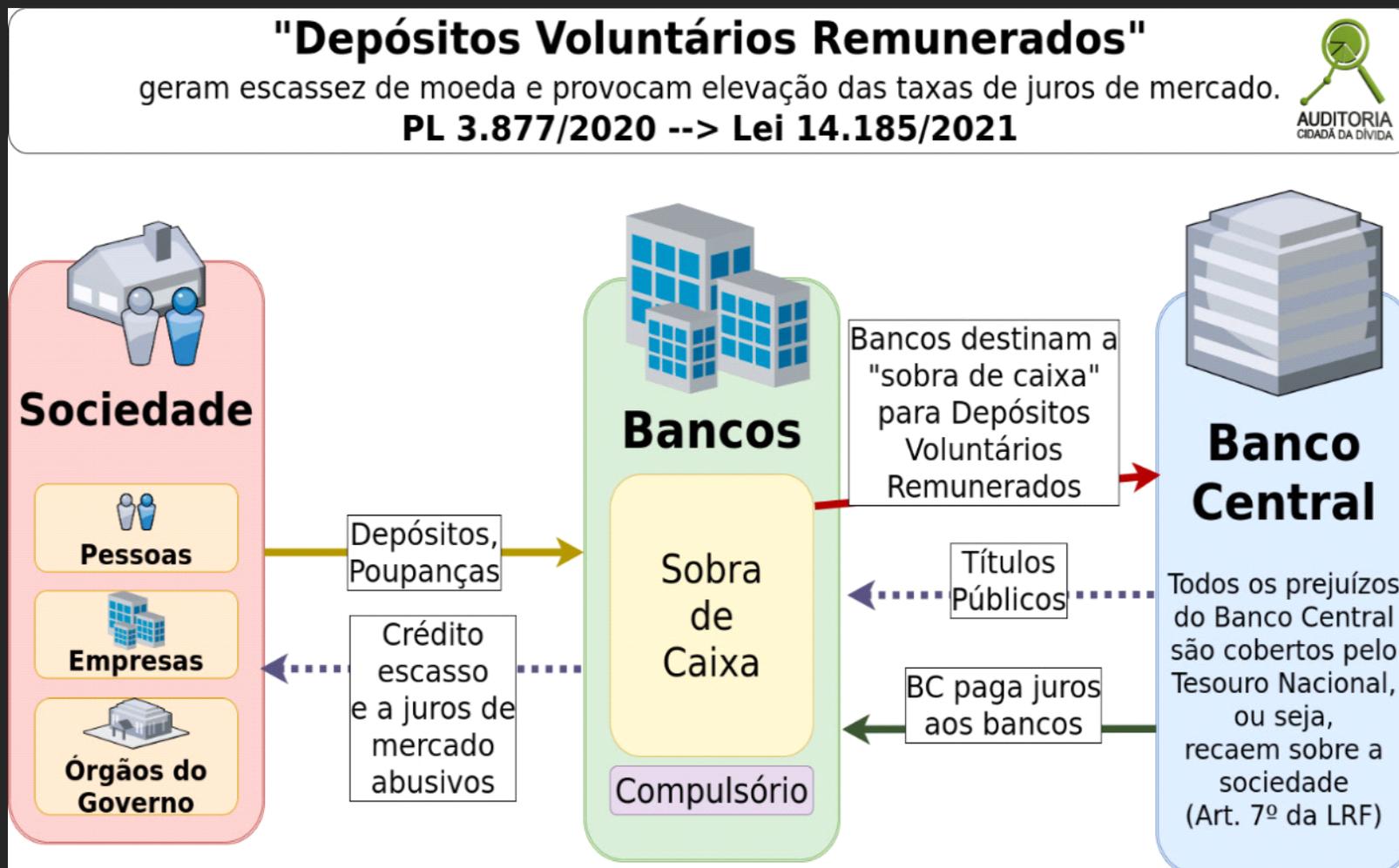
<https://bit.ly/3tTi0yX>



<https://bit.ly/3xajy98>

Em vez de instalar uma CPI para investigar o Banco Central e as operações que têm causado rombo e crise, Câmara priorizou dar autonomia e liberdade total, aprovando os inconstitucionais PLP 19/2019 e PL 3.877/2020

BOLSA-BANQUEIRO: Principal mecanismo responsável pela "crise fabricada" a partir de 2014, provocando escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos.



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

Tesouro gastou mais de R\$ 3 Trilhões desde 2010 para financiar o Banco Central

CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL			
PELO TESOIRO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC	Soma
	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,3	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
2020	295,03	133,56	428,59
Soma	1.965,00	1.363,69	3.328,70

Elaboração: Maria Lucia Fattorelli

Fontes: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2691:2:0:e>
<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/balanceteslai>

Ver artigo “O déficit está no Banco Central e não nos gastos sociais, disponível em <https://bit.ly/2YJf6P1>

Para que tem servido a dívida pública?

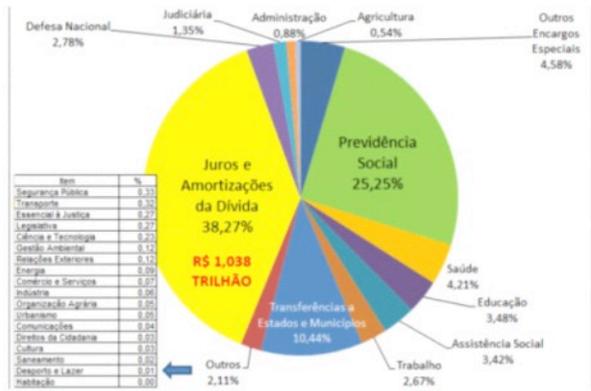


27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência Pública
CAE/Senado



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo



05 DE ABRIL, 2021

LIVE: Auditoria Cidadã revela mecanismos e jogadas da Dívida

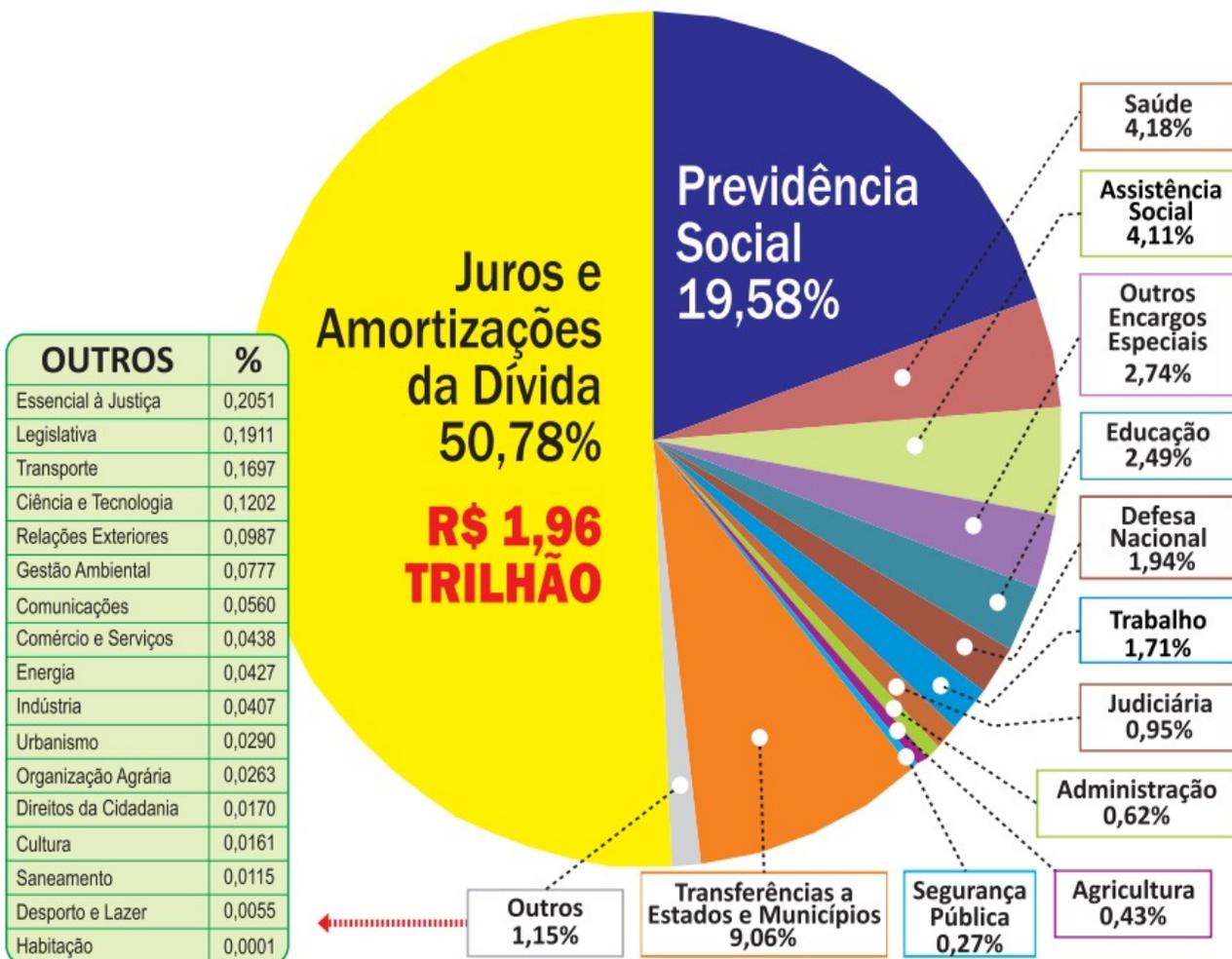
<https://bit.ly/3dwIxpP>

LIVE

TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país

<https://bit.ly/2NTPIJo>

Orçamento Federal Executado (pago) em 2021 = R\$ 3,861 Trilhões



GASTO COM DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL QUASE DOBROU DE 2019 A 2021

R\$ 1,96 TRILHÃO para JUROS e AMORTIZAÇÕES em 2021

DÍVIDA SEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS SOCIAIS

PREJUÍZO AOS MUNICÍPIOS

DÍVIDA PÚBLICA NÃO TEM SERVIDO PARA INVESTIMENTOS SOCIAIS

- Apesar desses vultosos pagamentos, em 2021 a Dívida Pública Federal aumentou R\$ 708 bilhões, tendo crescido de R\$ 6,935 trilhões para **R\$ 7,643 trilhões**.
- Enquanto o mundo todo está praticando taxas de juros próximas de zero ou até negativas há anos, o custo médio da dívida divulgado pelo Tesouro Nacional em 2021 foi de 8,91% ao ano.
- Emissão de dívida de R\$ 307 bilhões para deixar o dinheiro parado no caixa do governo federal, aumentando o chamado “colchão de liquidez” que serve para dar garantias aos rentistas e deixar os bancos tranquilos de que o dinheiro para o pagamento dos próximos juros já se encontra armazenado em caixa.

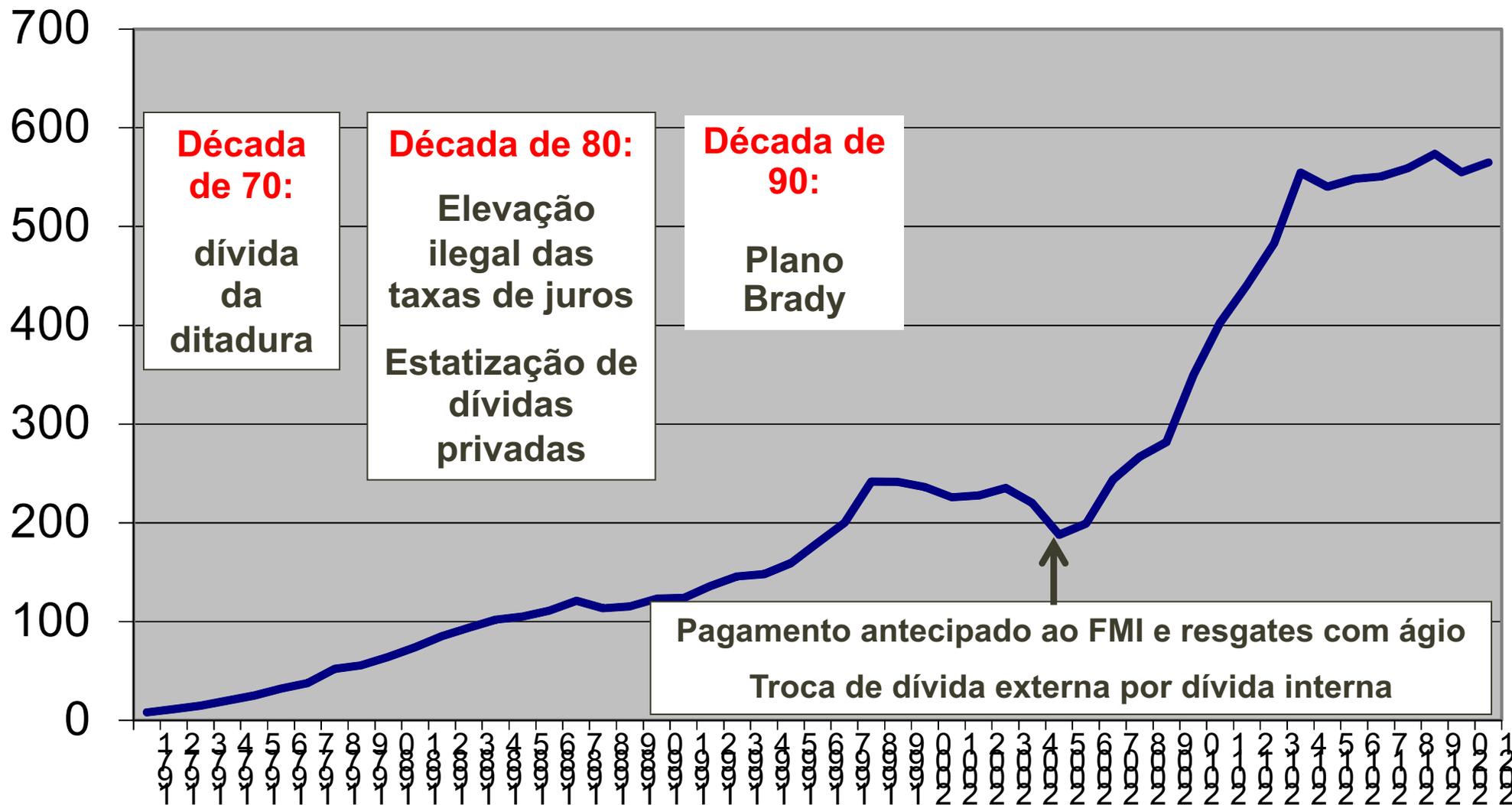
A FALÁCIA DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

- Apenas R\$ 54 bilhões decorrentes da emissão de títulos da dívida foram destinados para áreas sociais em 2021
- Na verdade, no Brasil a dívida tem servido para SUBTRAIR recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.
- R\$ 291 bilhões dos gastos com a dívida em 2021 foram financiados com outras fontes de receita, tais como lucros do Banco Central (R\$ 121 bilhões) e Royalties do Petróleo (R\$ 41 bilhões).
- Esse elevado volume de Royalties do Petróleo destinado ao pagamento da dívida também revela o impacto direto do Sistema da Dívida na vida do povo, que sofre com o altíssimo preço do gás de cozinha e demais combustíveis, como diesel e gasolina, enquanto o lucro da Petrobras enriquece acionistas e a parcela destinada ao governo é consumida no gasto com a dívida.

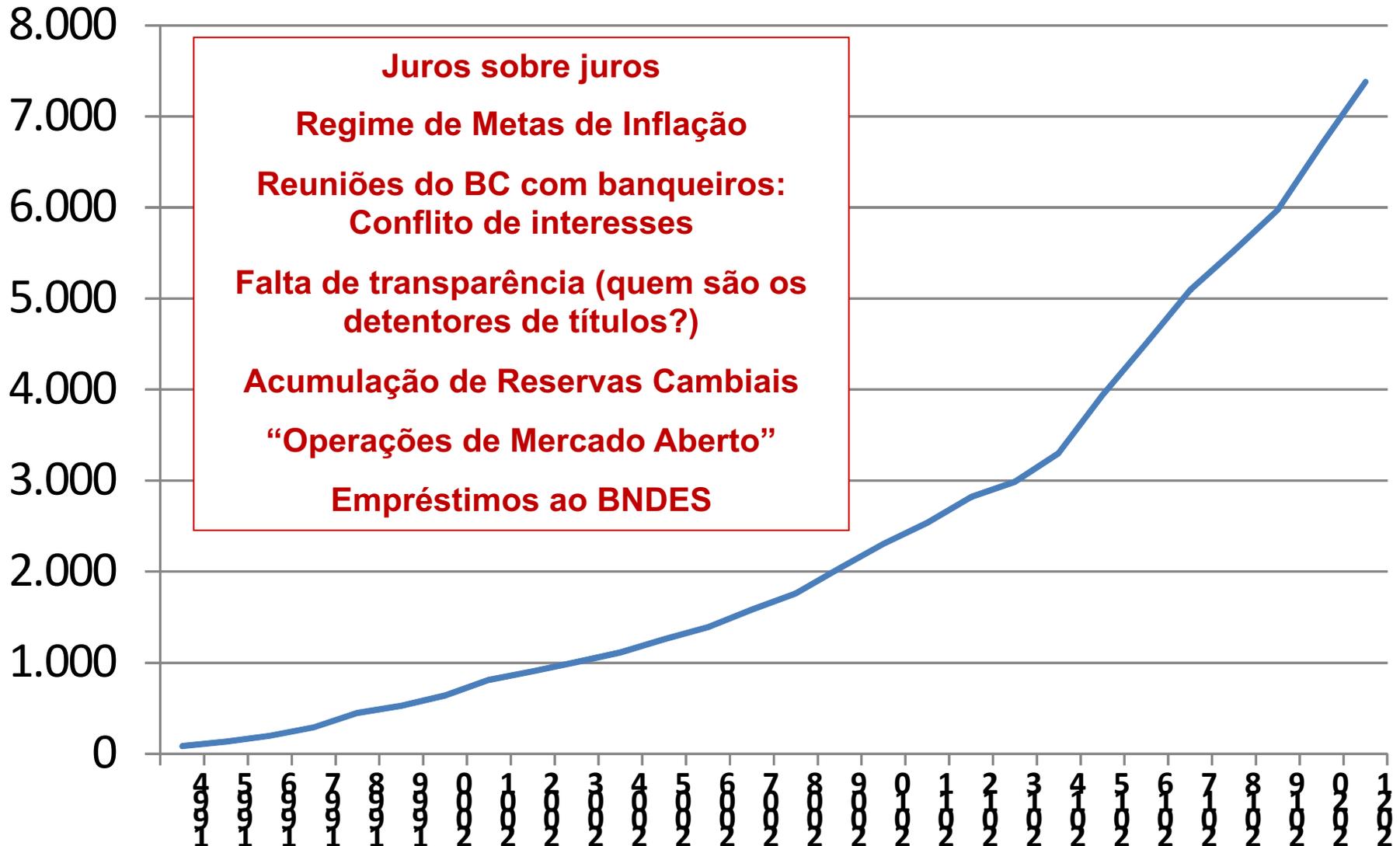
A FALÁCIA DA "ROLAGEM"

- Alguns analistas afirmam que os gastos com a dívida não devem ser considerados, pois seriam "rolagem", ou seja, o pagamento de amortizações (principal da dívida) com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida.
- Porém, **pelo menos R\$ 362 bilhões referentes a juros** em 2021 foram indevidamente embutidos na rubrica das amortizações, e são propagandeados como se fossem "rolagem".
- Em 2021, **quase R\$ 1 TRILHÃO de gastos com a chamada dívida nada tem a ver com a chamada "rolagem"**, tendo em vista que no mínimo R\$ 618 bilhões foram gastos com o pagamento de juros e R\$ 291 bilhões de amortizações foram financiados com outras fontes de receita que nada têm a ver com emissão de novos títulos públicos.
- O montante passível de ser considerado como "rolagem" ou "refinanciamento" deve ser considerado no custo do serviço da dívida pública, pois quando o governo toma um empréstimo, ele está fazendo uma opção política sobre o que fazer com o dinheiro: investir na sociedade, ou pagar uma dívida repleta de ilegalidades, que jamais foi auditada com a participação da sociedade civil.
- Fonte: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

Dívida Externa (US\$ bilhões)

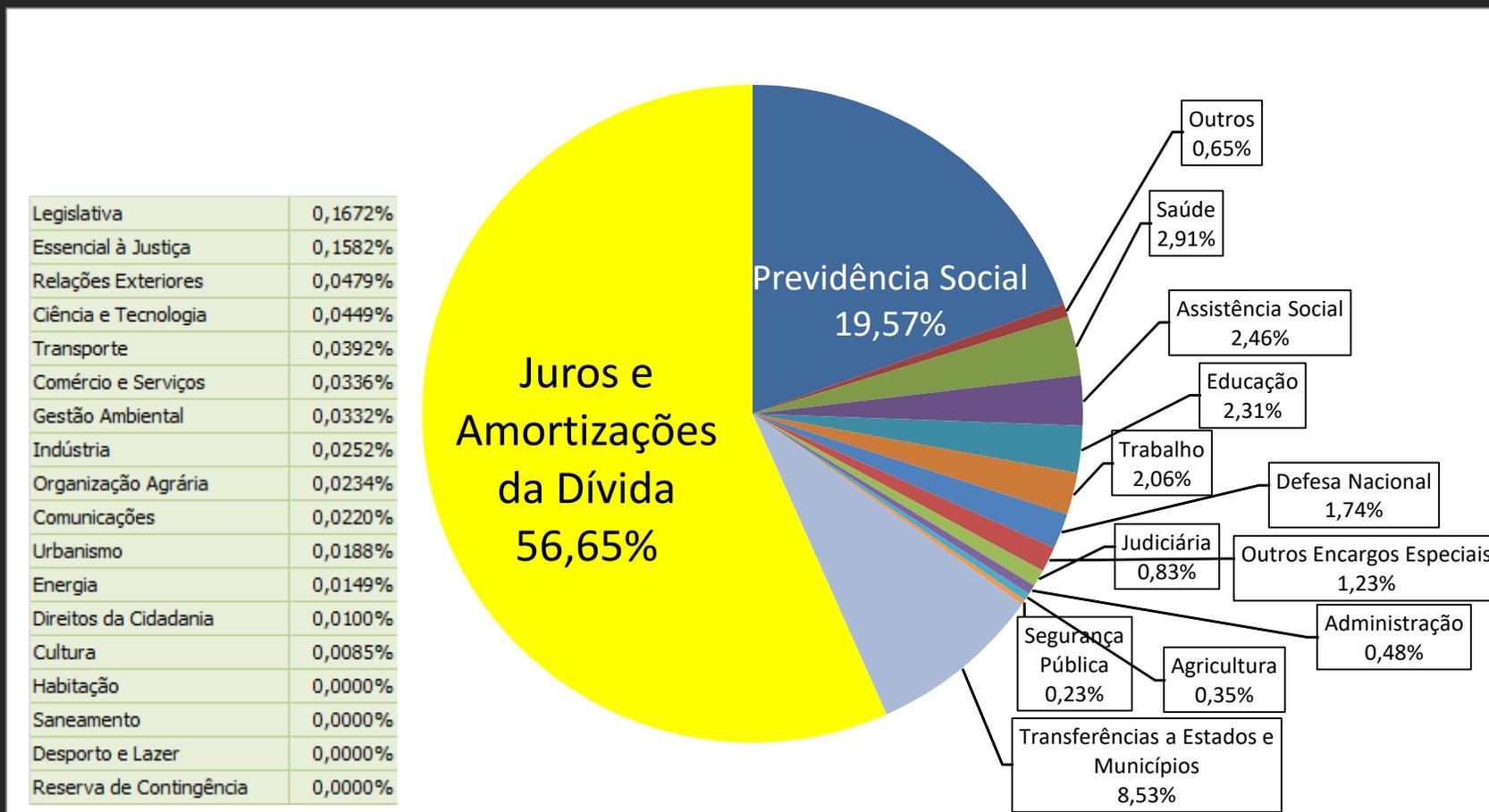


Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



ORÇAMENTO FEDERAL PREVISTO PARA 2022

TOTAL: R\$ 4,363 TRILHÕES
PAGAMENTO DA DÍVIDA: R\$ 2,472 TRILHÕES



**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

CONSIGNADO DE RECURSOS PÚBLICOS

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

**ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos Públicos”
escancara desvio de recursos para bancos
privilegiados**

Tentativa de inclusão do esquema na PEC 23

Interpelação: <https://auditoriacidada.org.br/interpelacao-alerta-o-senado-sobre-esquema-de-securitizacao-na-pec-23/>

A ameaça do Regime de Recuperação Fiscal

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal/>



A ameaça do Regime de Recuperação Fiscal



Maria Lucia Fattorelli

Introdução

Para garantir o bom funcionamento administrativo, o Brasil é organizado como uma união indissolúvel dos entes federados e compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, todos autônomas, conforme artigos 1º e 18 da CF/88.

O desrespeito ao Federalismo já tem ocorrido sob várias formas, em especial devido à concentração da maior parte da arrecadação tributária na esfera federal, que repassa aos demais entes um Fundo de Participação insuficiente:

Dados tributários em bilhões de reais

Ente Federado	2017		2018		2019		2020	
	Arrecadação (R\$ bilhões)	% do PIB						
União	1.459.455,1	23,0%	1.517.853,4	23,4%	1.571.812,4	23,6%	1.625.761,4	23,8%
Estados	187.170,4	2,9%	185.300,0	2,8%	183.500,0	2,8%	181.700,0	2,8%
Municípios	222.228,3	3,5%	222.822,1	3,4%	223.222,1	3,4%	223.522,1	3,4%
Total	1.868.853,8	29,4%	1.926.975,5	29,6%	1.978.534,5	29,8%	2.030.983,5	30,0%

O denominado "Regime de Recuperação Fiscal" dá um tiro de morte ao Federalismo, tendo em vista que tal regime:

- cria uma nova instância de poder consubstanciada em "conselho" formado por 3 membros nomeados que, na prática, ficará acima dos poderes eleitos democraticamente: governadores e parlamentares;
- eterniza o Sistema da Dívida de forma temerária, pois explicita que as dívidas de entes federados poderão ser objeto de "Securitização de Créditos Públicos", esquema que funciona como um consignado de recursos públicos, mediante o qual recursos públicos são desviados para esse esquema durante o seu percurso pela rede bancária e antes de alcançar os cofres públicos.



AUDITORIA DA DÍVIDA

- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFICIO

Com apenas um clique, envie o texto criado pela ACD para as autoridades e faça a sua parte!



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://bit.ly/3djrKz>

CONCLUSÃO

- CONHECIMENTO DA REALIDADE
- MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE
- AÇÕES CONCRETAS
 - REJEITAR AS PEC 32 E PEC 23, REVOGAR A EC 95
 - INVESTIGAR O BANCO CENTRAL
 - AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
 - Participar das mobilizações www.auditoriacidada.org.br
 - É Hora de virar o Jogo <https://bit.ly/3jdY4DY>



2 - REPOSIÇÃO SALARIAL DE SERVIDORES PÚBLICOS

- Folheto preparado pela ACD para contribuir com a luta de servidores: *“Por que sobra dinheiro para juros e falta para o reajuste de servidores públicos?”*
- <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/por-que-sobra-dinheiro-para-juros-e-falta-para-o-reajuste-de-servidores-publicos/>
- Importância de servidores públicos argumentarem sobre os privilégios do Sistema da Dívida, que está por trás do “teto de gastos”, sucessivas contrarreformas, privatizações insanas e cortes de investimentos.
- Debate e encaminhamentos para apoiar a mobilização

POR QUE SOBRA DINHEIRO PARA JUROS E FALTA PARA O REAJUSTE DE SERVIDORES PÚBLICOS?

O funcionalismo público brasileiro está há vários anos sem reajuste salarial, sem reposição inflacionária, acumula perdas com a contrarreforma da Previdência (que entre outros danos, aumentou o valor da contribuição previdenciária, reduzindo o salário líquido de servidores). Além disso, enfrenta continuamente ameaças de novos cortes e até do completo desmonte do Estado, a exemplo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020, a chamada “Reforma Administrativa”.

Enquanto a pandemia comprovou, de forma incontestável, a importância do serviço público para o conjunto da sociedade, o governo e a grande mídia não se cansam de acusar servidores públicos de privilegiados e que teria que cortar ainda mais os gastos com

a manutenção da máquina pública.

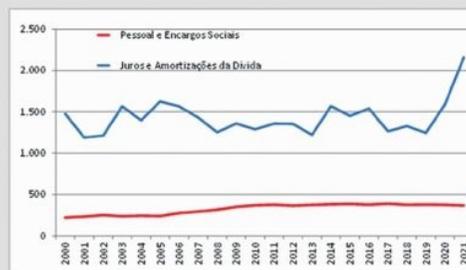
O que o governo e a grande mídia não falam é que o maior gasto público federal é o gasto com a chamada dívida pública, que nunca foi devidamente auditada, como manda a Constituição.

O Tribunal de Contas da União já declarou ao Senado que a dívida pública federal não tem servido para investimentos no Brasil (<https://bit.ly/3qHSjCj>).

A Auditoria Cidadã da Dívida tem demonstrado que essa chamada dívida tem servido para alimentar mecanismos financeiros que continuamente transferem dinheiro público para bancos e grandes rentistas (<https://bit.ly/3GOzliT>).

O gráfico a seguir mostra onde está o rombo das contas públicas no Brasil:

Comparativo de Despesas Federais com Pessoal e Dívida Pública pagas no período de 2000 a 2021 (R\$ bilhões) em valores corrigidos pelo IPCA anual até dez/2021



Fonte: Elaboração AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA com dados do SIOP – disponíveis em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opedoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqk04&anonymous=true&sheet=SH06

Nota: os gastos com pessoal se referem ao Grupo de Natureza de Despesa (GND) nº 1, e os gastos com juros e amortizações da dívida se referem à soma dos GND nº 2 e 6.

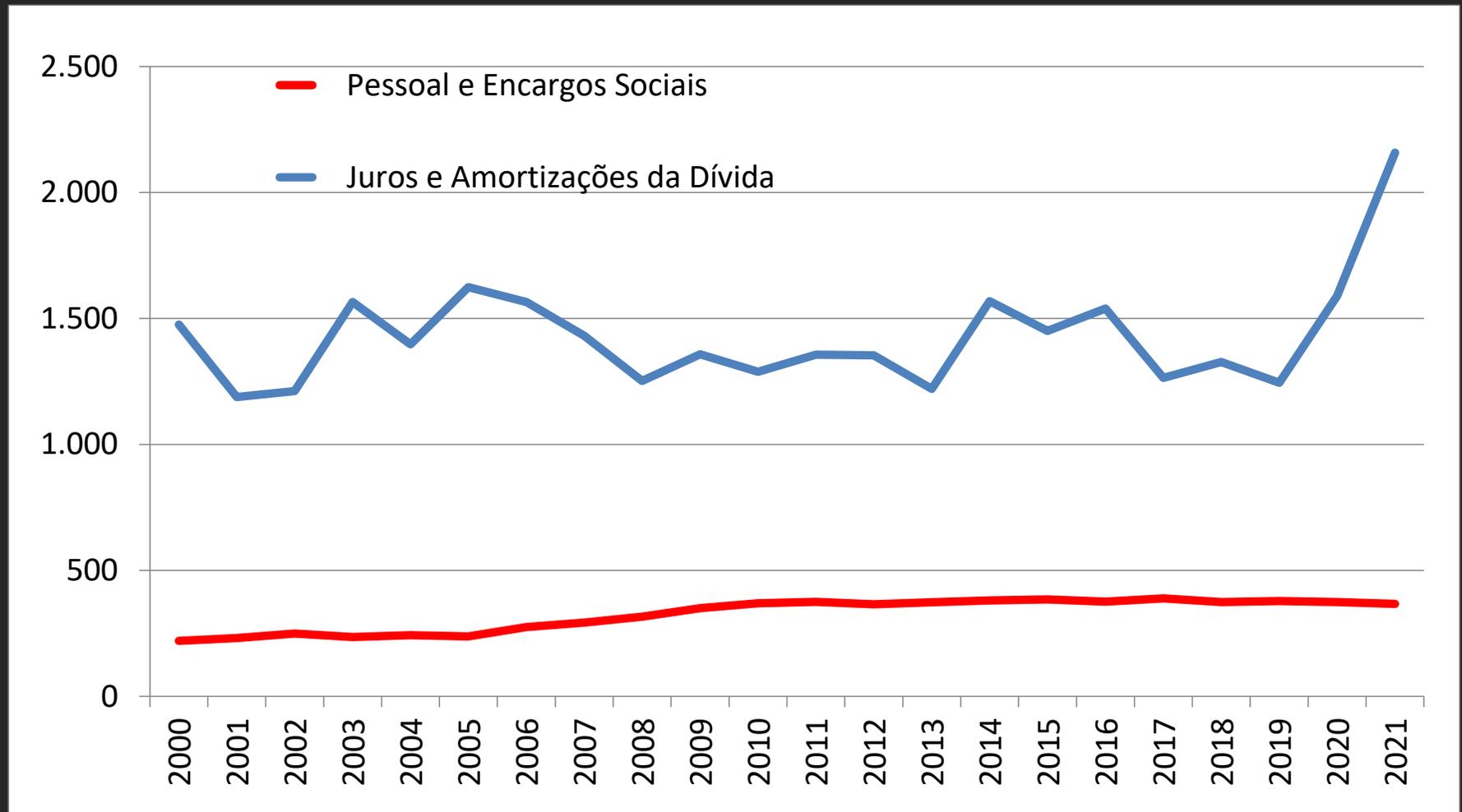
QUEM DE FATO TEM PRIVILÉGIO NO BRASIL É A CHAMADA DÍVIDA PÚBLICA

● Gasto com a Dívida Pública ficou fora do “Teto de Gastos”

Desde a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, todos os gastos com a manutenção do Estado e com os serviços públicos prestados à sociedade estão sujeitos ao chamado “Teto de Gastos”, mas o privilegiado gasto com a dívida pública ficou fora

desse teto e tem crescido em termos reais, como mostra o gráfico anterior, em especial a partir da pandemia, quando foram aprovadas medidas que avançaram os privilégios dos gastos financeiros (a exemplo das Emendas Constitucionais nº 106 e nº 109; Projetos de Lei 3.877/2020, 5.387/2019 e Projeto de Lei Complementar 19/2019), enquanto o povo recebeu míseros auxílios.

Comparativo de Despesas Federais com Pessoal e Dívida Pública - pagas no período de 2000 a 2021 (R\$ bilhões) em valores corrigidos pelo IPCA anual 2021



Fonte: Elaboração AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA com dados do SIOP – disponíveis em:

https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=rue&sheet=SH06 Nota: os gastos com pessoal se referem ao Grupo de Natureza de Despesa (GND) nº 1, e os gastos com juros e amortizações da dívida se referem à soma dos GND nº 2 e 6.

3 - PEC 32



<https://auditoriacidada.org.br/video/video-16-ehoradevirarjogo/>

Documento da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa (PEC 32) também usa a “crise” como justificativa para essa contrarreforma



Carta de apresentação

A crise iniciada em 2014 e a dificuldade em retomar a economia, que persistem nos dias atuais, tornam clara a baixa capacidade de resposta do Estado brasileiro aos desafios contemporâneos. Concluimos uma década com um dos piores índices de crescimento de nossa história. Problemas sociais que pareciam



<https://bit.ly/39WBg5C>

PEC 32/2020

Conjuntura de "Crise Fabricada"

- Cenário de escassez fabricado pela "crise" desde 2014
- Falsa alegação de que o problema das contas públicas estaria no gasto com servidores públicos
- PEC 32 aponta para privatização e terceirização generalizadas, extinção de carreiras (processo que iniciará com o compartilhamento com o setor privado, Art. 37-A da PEC 32) e risco de fim do serviço público universal e gratuito

PROJETO CONECTADO COM O REGIME DE "RECUPERAÇÃO" FISCAL E OS INTERESSES DO MERCADO :

- Possibilidade de grandes negócios privados
- Desvio da arrecadação tributária: esquema de Securitização
- Estímulo ao endividamento que eterniza o Sistema da Dívida
- Submissão ao Comitê "biônico" que tem poderes ilimitados

GÊNESE DA PEC 32/2020

"... estudo do **Banco Mundial** (*Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*), publicado em 2017, já evidenciava que **o gasto público é engessado em categorias como folha de pagamento e previdência social**, deixando pouco espaço para despesas discricionárias e de investimento. Mais recentemente, em outubro de 2019, novo estudo do mesmo Banco (*Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem*), ao analisar dados sobre a folha de pagamentos do Governo Federal e de seis Governos Estaduais, **corroborou a existência de uma série de distorções nos gastos com pessoal**.

BANCO MUNDIAL, braço do BIS, omite o gasto com o Sistema da Dívida, que é o maior gasto público e impede investimentos



Banco Mundial distorce dados para esconder que o rombo das contas públicas está nos gastos financeiros com juros e amortizações da dívida pública

Questionamento 7 da Carta Aberta sobre a PEC 32



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

PEC 32 desmonta a estrutura do Estado e abre a possibilidade para Privatização geral dos serviços

- Dados distorcidos apresentados pelo governo e Banco Mundial para “culpar” o serviço público e servidores:
 - PLOA 2021: escondem o gasto com a dívida
 - Mentira de “gasto excessivo” em 2 décadas em que produzimos superávit primário de R\$ 1 trilhão e mesmo assim a dívida interna saltou de R\$ 86 bilhões (1995) para R\$ 4 trilhões (2015)
 - Cita crise, queda do PIB em 2015-2016 e tendência dos investimentos a zero e omite que a crise foi fabricada pela política monetária suicida do Banco Central
 - Mente ao citar “*prêmios salariais excepcionalmente altos*”
 - Mente ao dizer que há excesso de servidores
- Compartilhamento dos serviços públicos com o setor privado. Art. 37-A
- Chefias poderão ser ocupadas por pessoas de fora da carreira (**MP 1.042**)
- Danos aos servidores públicos: perda da estabilidade, RJU, carreiras
- **DANOS À SOCIEDADE**: risco de fim dos serviços públicos gratuitos e universais, insegurança e exclusão social

PEC 32 aponta para privatização e terceirização generalizadas, extinção de carreiras

(processo que iniciará com o compartilhamento com o setor privado, Art. 37-A) e risco de fim do serviço público universal e gratuito

“Art. 37-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais para a regulamentação dos instrumentos de cooperação a que se refere o **caput**.

§ 2º Até que seja editada a lei federal a que se refere o § 1º, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão a competência legislativa plena sobre a matéria.

§ 3º A superveniência de lei federal sobre as normas gerais suspende, naquilo que lhe for contrário, a eficácia da lei estadual, distrital ou municipal.

§ 4º A utilização de recursos humanos de que trata o **caput** não abrange as atividades privativas de cargos típicos de Estado.” (NR)





OPINIÃO

Mentiras e Riscos da PEC 32 **WEB**

Proposta de reforma administrativa é, na verdade, uma estratégia para destruir a estrutura do Estado e os serviços públicos e abrir caminho para a privatização e a terceirização

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 16 de junho de 2021



Pacote de maldades: ato de entrega do plano de reformas por Bolsonaro, Guedes e demais ministros, ao Congresso, em novembro de 2019

Últimas Notícias

Witzel: "o responsável pelos mais de 450 mil mortos tem nome, endereço e tem que ser responsabilizado"

Viva la muerte!

Vacinação: Sinpro/RS pede prioridade a professores de idiomas e cursos livres

Movimento de resistência ao ensino domiciliar lança o #VetaGovernadorPL170

Ainda precisamos de sindicatos?

INCONSTITUCIONALIDADES - PEC 32/2020

Ver audiência CCJ <https://bit.ly/3fyxYs2>

- Ausência de MOTIVAÇÃO
- Desvio de finalidade
- Descumprimento do princípio da Legalidade
- Violação a cláusulas pétreas *O constituinte originário se referiu às funções públicas como atribuições do Estado que são desempenhadas pelos seus agentes públicos. A PEC 32 suprime o termo "função pública" e usa "vínculos": flagrante redução das atribuições a serem exercidas diretamente pelo Estado.*
- Desaparelhamento do Estado
- Ofensa ao princípio da moralidade pública: retorno do apadrinhamento
- Rompimento da garantia fundamental de direitos e interesses coletivos, encerrando a proteção coletiva trazida pelo Estado Democrático de Direito
- Ofensa ao princípio da separação dos poderes
- Desregulamentação do serviço público
- Extinção do Regime Jurídico Único, precarizando a garantia de não-ingerência de interesses privados na Administração pública".

CARTILHA POPULAR

- Envio a todos os parlamentares via Correios
- Distribuição em Ato Público no DF
- Envio às entidades que encomendaram impressão
- Cobertura dos custos



4 - SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS e DÍVIDA DOS ESTADOS

SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS e DÍVIDA DOS ESTADOS

- Vitória da mobilização liderada pela ACD, que impediu a aprovação dos parágrafos inseridos de contrabando na PEC 23 (PEC dos Precatórios), que colocariam esse esquema na Constituição Federal.
- Inconstitucionalidade dos dispositivos das Leis Complementares 173 e 178 que incluem “Securitização”.
- Ameaça do “Regime de Recuperação Fiscal” (RRF), que na realidade perpetua o Sistema da Dívida nos estados e fere a sua autonomia
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal/> .
Resumo da situação no RJ, MG, RS, SP e outros estados.
- Proposta de SEMINÁRIOS REGIONAIS virtuais sobre a contrarreforma do Estado e a dívida pública, envolvendo as três esferas do serviço público no combate à pandemia, conforme apresentado em reunião anterior.

Regime de “Recuperação” Fiscal

OBJETIVO:

- ✓ *“para corrigir os desvios que afetaram o desequilíbrio das contas públicas”*

O que provocou o desequilíbrio das contas públicas ?

LEI COMPLEMENTAR 178/2021

(votada virtualmente dia 15/12/2020 na Câmara e no Senado, sem debate algum)

- Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal para Estados, DF e Municípios
- Adesão vinculada ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) – LC 159/2017
 - **Teto de gastos sociais e gastos com a estrutura do Estado**
 - Privatizações, Reforma Previdência, “leilões de pagamentos”
 - Incentivo ao endividamento com garantia da União
 - Dívidas com garantia da União poderão ser objeto de Securitização

SITUAÇÃO FINANCEIRA RIO DE JANEIRO

SUBTRAÇÃO HISTÓRICA DE RECEITAS DOS ESTADOS

✓ DÍVIDA REFINANCIADA PELA UNIÃO

Estoque inicial da dívida (1999) = R\$ 15,25 BILHÕES

- Dívida Pública do Estado do RJ = R\$ 11,37 BILHÕES
- PROES = R\$ 3, 88 BILHÕES + PRIVATIZAÇÕES

Pagamentos (1998 a 2019) = R\$ 29,57 BILHÕES

Estoque da dívida em 2019 = R\$ 90,68 BILHÕES

Agravamento da situação com o RRF <https://bit.ly/2Xw9Dhi>

✓ LEI KANDIR

Perda de R\$ 49,22 BILHÕES (1996 a 2015)

https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/pdfs/impactos-da-lei-kandir/arquivo-completo.pdf

- ✓ INCENTIVOS FISCAIS INJUSTIFICADOS
- ✓ DESVIOS DE ROYALTIES P/ DELAWARE
- ✓ CONCENTRAÇÃO ESFERA FEDERAL

AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS

➤ IMPACTOS DA “CRISE FABRICADA”

➤ REGIME DE “IMPLOÇÃO” FISCAL

- Privilégio para gastos com a dívida
- Mais privatizações para pagar a dívida
- Teto para investimentos e gastos sociais para destinar mais dinheiro ao pagamento da dívida
- Comitê biônico inconstitucional (ADI 6844)

➤ LEI KANDIR:

- Acordo rebaixado (STF)
- Fim do ressarcimento (EC 109)

➤ SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS

- Perda de controle da arrecadação
- Geração ilegal de dívida pública

O PROBLEMA ESTÁ NOS SERVIDORES PÚBLICOS???

Estados e Municípios: onde está o desequilíbrio?

- Gasto com estrutura do setor público é mais relevante que em âmbito federal, mas não é isso que causa o desequilíbrio
- O problema está localizado nas **subtrações de receitas** (dívida ilegítima, lei Kandir, incentivos e renúncias fiscais injustificadas, Securitização de Créditos Públicos) e na **concentração de receitas na esfera federal** (FPE e FPM insuficientes)

Carga Tributária por Ente Federativo

Entidade Federativa	2017			2018			Variação			
	Arrecadação [R\$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R\$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R\$ milhões]		p.p. do PIB	p.p. da Arrecad.
							Nominal	Real ⁽¹⁾		
União	1.448.349,32	22,00%	68,04%	1.547.402,45	22,46%	67,53%	99.053,14	51.468,49	0,46	-0,51
Estados	547.073,54	8,31%	25,70%	593.382,08	8,61%	25,90%	46.308,54	28.334,77	0,30	0,20
Municípios	133.189,98	2,02%	6,26%	150.622,55	2,19%	6,57%	17.432,57	13.056,69	0,16	0,32
Total	2.128.612,84	32,33%	100,00%	2.291.407,08	33,26%	100,00%	162.794,24	92.859,95	0,93	0,00

(1) Foi usado o deflator implícito do PIB para corrigir a arrecadação de 2018.

- Novo artigo: ***A ameaça do Regime de Recuperação Fiscal*** disponível em <https://auditoriadada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal-por-maria-lucia-fattorelli/>
- Proposta de diagramação para envio a autoridades:



A ameaça do Regime de Recuperação Fiscal


 AUDITORIA
 CIDADÃ

Maria Lucia Fattorelli

Introdução

Para garantir o bom funcionamento administrativo, o Brasil é organizado como uma união indissolúvel dos entes federados e compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, todos autônomos, conforme artigos 1º e 18 da CF/88.

O desrespeito ao Federalismo já tem ocorrido sob várias formas, em especial devido à concentração da maior parte da arrecadação tributária na esfera federal, que repassa aos demais entes um Fundo de Participação insuficiente:

Gráfico de Distribuição das Receitas

Ente Federado	2017		2018		Total 2017-2018	Porcentagem		p.p. do FPM	p.p. do FPE
	Arrecadação em milhões	% do PIB	Total Arrecadação	% do PIB		Arrecadação em milhões	% do PIB		
União	1.089.296,12	21,09%	98.244,35	1,97%	1.187.540,47	23,06%	98.244,35	1,97%	0,00%
Estados	387.274,28	7,57%	23.789,35	0,47%	411.063,63	8,04%	48.033,32	0,96%	0,00%
Municípios	323.289,98	6,37%	6.297,23	0,13%	329.587,21	6,50%	27.062,17	0,54%	0,00%
Total	1.799.860,38	35,03%	128.330,93	2,57%	1.928.191,31	37,54%	173.339,84	3,47%	0,00%

O denominado "Regime de Recuperação Fiscal" dá um tiro de morte ao Federalismo, tendo em vista que tal regime:

- cria uma nova instância de poder consubstanciada em "conselho" formado por 3 membros nomeados que, na prática, ficará acima dos poderes eleitos democraticamente: governadores e parlamentares;
- eterniza o Sistema da Dívida de forma temerária, pois explicita que as dívidas de entes federados poderão ser objeto de "Securitização de Créditos Públicos", esquema que funciona como um consignado de recursos públicos, mediante o qual recursos públicos são desviados para esse esquema durante o seu percurso pela rede bancária e antes de alcançar os cofres públicos.



5 - NÚCLEOS NOS ESTADOS

Importância dos pedidos de informações para conhecimento da dívida dos estados e suas inconsistências, pois essa chamada dívida é a base para o RRF, entre outros danos

- Informes

6 - CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

**Nova turma: Inscrições abertas de 07/02/2022 a
11/03/2022 e início das aulas em 14/03/2022.**

Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados.

Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

Curso sobre a Dívida dos Estados

escolavirtual.anfip.org.br/course/view.php?id=4

Fale conosco : 0800 701-6167 E-mail : escolavirtual@anfip.org.br

Escola Virtual

Página principal Cursos Primeiros passos Perguntas

A dívida dos estados e a necessidade de auditoria

Página Inicial / Meus cursos / ACD



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Material de Estudo

Menu

Sumário

Introdução

Unidade 1 >

Unidade 2 >

Aula 5

Aula 6

Aula 7

Aula 8

Unidade 3 >

Unidade 4 >

Referências

Glossário

Versão para Impressão

mercado secundário muito abaixo desse valor corresponde a uma evidente transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado que detinha tais títulos.

Ao trocar títulos estaduais desvalorizados por títulos federais – a 100% de seu valor nominal – os detentores daqueles títulos foram altamente beneficiados. Sequer foi considerada a possibilidade de os estados arrematarem tais dívidas em mercado, o que significaria a anulação de expressiva parcela do estoque dessas dívidas.



	MT	801.675.465,33	11.07.99	776.268.937,42	25.406.527,91		193.110.825,75	22.01.99	193.110.825,75	973.379.763,17
							4.000.000,00	12.05.04	4.000.000,00	
PA	274.495.064,33	30.03.98	261.160.017,16	13.335.047,17			127.413.674,59	22.01.99	127.413.674,59	388.573.691,75
PB	266.313.611,15	31.03.98	244.255.759,02	22.057.852,13					244.255.759,02	244.255.759,02
PE	143.452.725,28	23.12.97	137.382.613,70	6.070.111,58					137.382.613,70	1.381.921.845,35
							1.244.539.231,65	27.08.98	1.244.539.231,65	
PI	250.654.937,41	20.01.98	240.522.006,80	10.132.930,61					240.522.006,80	394.873.280,30
							69.082.818,95	24.02.00	69.082.818,95	
							76.800.611,28	06.09.00	76.800.611,28	
							8.467.843,27	26.11.08	8.467.843,27	
PR	519.944.406,98	31.03.98	462.339.013,75	57.605.393,23					462.339.013,75	5.659.969.457,52
							2.404.921.473,26	05.03.99	2.404.921.473,26	
							282.442.089,93	05.03.99	282.442.089,93	
							136.751.181,79	16.06.99	136.751.181,79	
							735.008.235,81	01.12.99	735.008.235,81	
							1.638.507.462,98	22.12.99	1.638.507.462,98	
RJ	18.536.808.277,61	29.10.99	15.246.423.172,58	3.290.385.105,03					15.246.423.172,58	15.246.423.172,58
RN	74.754.494,62	26.11.97	73.961.737,77	792.756,85					73.961.737,77	178.906.730,13
							100.944.992,36	18.03.99	100.944.992,36	
							4.000.000,00	22.12.99	4.000.000,00	
RO	146.950.101,90	12.02.98	143.677.138,71	3.272.963,19					143.677.138,71	692.876.890,41
							549.199.751,70	20.05.98	549.199.751,70	
RR	7.247.682,08	25.03.98	6.601.029,01	646.653,07					6.601.029,01	46.580.737,11

Material de Estudo

Menu

Sumário

Introdução

Unidade 1 >

Unidade 2 >

Aula 5

Aula 6

Aula 7

Aula 8

Unidade 3 >

Unidade 4 >

Referências

Glossário

Versão para Impressão

Menu

Sumário

Introdução

Unidade 1 >

Aula 1

Aula 2

Aula 3

Aula 4

Unidade 2 >

Unidade 3 >

Unidade 4 >

Referências

Glossário

Versão para Impressão

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

1. A financeirização mundial e o Sistema da Dívida
2. O poder do sistema bancário mundial e a desregulamentação financeira
3. Breves considerações sobre as experiências institucionais de auditoria da dívida em outros países (Equador e Grécia), e assessorias técnicas a investigações parlamentares (CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados e CPI da PBH Ativos S/A na Câmara Municipal de Belo Horizonte)

1.2. A Financeirização Mundial e o Sistema da Dívida

A lógica do endividamento dos estados brasileiros está inserida no contexto da financeirização mundial, razão pela qual iniciamos a abordagem do presente curso com breve análise da conjuntura global de **crise financeira**, que afetou fortemente o endividamento público em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, com reflexos para os entes federados.

A compreensão sobre a origem da crise localizada no sistema bancário, que teve como sua principal causa a extrema especulação possibilitada pela emissão desenfreada de "produtos financeiros" devido à falta de regulamentação do funcionamento do sistema financeiro, é fundamental para prevenir o aprofundamento do contágio que já está ocorrendo em nosso país – tanto em âmbito federal como nas esferas estaduais e municipais – devido a mecanismos que vêm sendo criados, como o da "Securitização de Créditos" por exemplo, que estudaremos em aulas seguintes deste curso.

O mais grave é que o risco de transferência da crise não se deve ao simples fato de que "o mundo está globalizado e o contágio é inevitável", como estampam grandes meios de comunicação, mas sim pela adoção de medidas concretas que necessariamente provocarão a importação direta dessa crise. Tais medidas devem ser transparentadas para a sociedade que, ao final, arca com as consequências das crises. O processo de mobilização social consciente poderá contribuir para estancar esse processo.

1.2.1. Crise do Sistema Financeiro

A atual crise financeira deflagrada nos Estados Unidos da América do Norte (EUA) em 2008, logo espalhada por toda

**7 - RETOMADA DO JULGAMENTO DA
AÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA
AUDITORIA DA DÍVIDA PREVISTA NA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

<https://bit.ly/37Cw5HA>

DECISÃO JUDICIAL histórica Juiz Waldemar Claudio de Carvalho, da 14ª. Vara da Justiça Federal de Brasília determinou a instalação de CPI Mista para cumprir o art. 26 do ADCT da CF/88 e realizar auditoria da dívida pública
<https://goo.gl/h1JeLU>

- **AGU e Senado imediatamente ingressaram com pedido de derrubada da liminar:** Mediante despacho individual do presidente do TRF-1, desembargador Carlos Moreira Alves, derrubou a liminar com base no disposto no Art. 4º da Lei 8.437/1992: *(...) em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.*
- **Ausência de auditoria é que tem levado o Brasil ao caos**
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ausencia-da-auditoria-e-que-tem-levado-o-pais-ao-caos-por-maria-lucia-fattorelli/>

**Advogados Diego Cherulli e Guilherme Portanova
apresentaram AGRAVO contra a cassação da liminar**

Petição inicial e Contrarrazões disponíveis em:

<https://goo.gl/EBVwir>

Parecer favorável do Procurador Regional da República

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Parecer-do-Ministerio-Publico-ACP-Auditoria-da-Divida-.pdf>

8 - BREVES INFORMES SOBRE ÚLTIMAS REALIZAÇÕES:

- II CONCURSO DE REDAÇÃO E POST – Premiação concluída em Live de 13/12/2022 <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/segundo-concurso-de-posts-e-redacoes/>
- Livro do Congresso Internacional “Sistema da Dívida em tempos de Financeirização e a importância da Auditoria para interromper a barbárie”, lançamento virtual em 20/12/2022 <https://auditoriacidada.org.br/video/live-lancamento-do-livro-do-congresso-internacional-virtual-da-acd/>
- Preparação do próximo livro do Seminário Nacional “*Centralidade do Sistema da Dívida no modelo econômico que amarra o Brasil e a urgência de Auditoria Integral com Participação Social*”,
- Campanha “É HORA DE VIRAR O JOGO” - <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/> Cada dia mais atual, diante da prioridade máxima para o Sistema da Dívida na Constituição pela EC 109, novos mecanismos operados pelo Banco Central desde o início da pandemia e ameaça da Securitização de Créditos Públicos.

9 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADACÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas via

PIX 12537204000145

ou

PagSeguro

<https://auditoriacidadada.org.br/doacao/>

10 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)

- Participação em grupos de pesquisa. Ver minicurso “*Quem financia o Estado e quem se beneficia do gasto público*” Parte I <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-1-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/> e Parte II <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-2-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/>
- Divulgação da cartilha círculos bíblicos “Auditoria da Dívida Pública: vamos fazer?” produzida pela CNBB <https://www.edicoescnbb.com.br/produto/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer--70285>

Círculos Bíblicos

“Auditoria da dívida pública: vamos fazer?”



Brasil: Realidade de abundância e cenário de escassez

HONRA IMENSA para a Auditoria Cidadã da Dívida:

Comissão Especial para o Ano Nacional do Laicato da CNBB utiliza nosso texto para construir cartilha para os Círculos Bíblicos

Divulguem!

Participem!

CÍRCULOS BÍBLICOS

“ Auditoria da dívida pública: vamos fazer? ”

1. BRASIL: Realidade de abundância e cenário de escassez
2. O que sustenta o cenário de escassez
3. Sistema da Dívida: maior responsável pelo Cenário de Escassez
4. Novo mecanismo perverso “gera” dívida pública e sequestra arrecadação tributária
5. Auditoria da dívida pública: vamos fazer?

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIADIDADA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO